

## TERMOS E CONCEITOS

### O QUE É IDENTIDADE DE GÊNERO?

Profa. Dra. GREICY PINTO BELLIN  
Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE  
Curitiba, Paraná, Brasil  
greicybellin@hotmail.com

Profa. Dra. RITA DE CÁSSIA MOSER ALCARAZ  
Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE  
Curitiba, Paraná, Brasil  
rita.alcaraz1@gmail.com

O conceito de gênero tem recebido considerável atenção nas últimas décadas devido a mudanças relevantes no quadro epistemológico da teoria literária e das ciências humanas como um todo. Surgido, a princípio, como instância neutralizadora de debates acirrados no âmbito do feminismo, ou, até mesmo, como resultado de significativas defasagens observadas no interior da crítica literária feminista, o conceito de gênero reforça a relação existente entre literatura e sociedade, sendo concebido, pela grande maioria de seus teóricos, como construção social e muitas vezes, ideológica. O conceito de identidade, por sua vez, é objeto de controvérsias ainda maiores no campo da teoria literária, de forma que sua associação ao conceito de gênero tende a gerar angústias as mais variadas entre teóricos e estudiosos do tema. Considerando não apenas as controvérsias, mas também a necessidade de sistematizar uma reflexão que por vezes se torna bastante difusa e problemática. O objetivo deste texto é tentar responder a uma pergunta para a qual provavelmente não encontraremos uma resposta definitiva: o que é identidade de gênero?

A definição de identidade já carrega uma série de dilemas que implicam na dificuldade de qualquer tentativa de sistematização. Para Stuart Hall (2006), um dos principais teóricos que se dedicam ao assunto, o conceito de identidade é bastante complexo e pouco desenvolvido na teoria social, o que remete à impossibilidade de tê-lo como acabado e incontestável. Trata-se de conceito que

sofreu alterações ao longo de décadas de história e que entra em crise por conta do “descentramento” ou “deslocamento”, para usar as palavras de Hall, característicos das sociedades modernas do século XX. Na visão do autor, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (HALL, 2006, p. 10).

Esta ideia é desenvolvida pelo próprio Hall em *Identidade cultural na pós-modernidade*, uma das referências mais citadas e usadas nas reflexões sobre o conceito de identidade. Para ele, a identidade se torna um problema ainda mais relevante em um mundo instável, onde ela não mais se refere a grupos fechados ou étnicos (HALL, 2006). A ideia de identidade cindida, fragmentada e contraditória se torna ainda mais evidente em um mundo pós-moderno, dominado pela contingência, pela ambivalência e pela liquidez, às quais se refere Zygmunt Bauman (2004) com a famosa formulação de “modernidade líquida”. Na opinião de Bauman

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que ele percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada. (BAUMAN, 2004, p. 17-18)

A citação acima remete à ideia de que a identidade formada em definitivo, com caráter irrevogável e não-negociável, não tem lugar em um mundo dominado pela globalização, que faz com que as existências individuais sejam “fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados” (BAUMAN, 2004, p. 18). Tem-se, portanto, a impressão de que o conceito de identidade é dominado pela contingência e padece de grandes dificuldades para sua efetiva definição, o que pode ser reforçado, voltamos a frisar, por sua associação com o conceito de gênero, também problemático e suscetível a variadas e, muitas vezes, contraditórias interpretações.

O conceito de gênero, por sua vez, surge, conforme já explicitado, como forma de neutralizar debates acirrados e arraigados no âmbito da crítica literária feminista. Esta começa a ser sistematizada a partir da ideia de que a criação literária e o conseqüente exercício da crítica e da teoria eram prerrogativas masculinas, o que motivou o surgimento de uma vertente

revisonista, a qual objetivava reler as obras canônicas da literatura ocidental a fim de identificar a opressão das personagens femininas e imagens arquetípicas do feminino enraizadas na sociedade patriarcal. Uma defasagem nesta perspectiva motivou o aparecimento de outra vertente, chamada por Elaine Showalter de “ginocrítica”, isto é, uma crítica direcionada para a análise de textos produzidos por mulheres, e que tinha por finalidade analisar a expressão criativa feminina em contextos de opressão. O principal problema de tal vertente era o confinamento crítico a uma literatura e, conseqüentemente, uma teoria e crítica literárias produzidas exclusivamente por mulheres, o que excluía demais grupos minoritários das análises literárias. Uma conquista importante da emergência da categoria gênero é, para Greicy Bellin, “a discussão a respeito das configurações da masculinidade em uma perspectiva relacional, segundo a qual um gênero só pode ser definido em relação a outro” (BELLIN, 2017, p. 43). Observa-se, portanto, uma relativização do excessivo foco na categoria mulher, bem como abertura de um espaço para demais perspectivas que incluam outras configurações, como as de masculinidades, classe e raça. Neste sentido, há também um questionamento da teoria crítica feminista produzida por teóricas feministas brancas, como se pode observar na reflexão de Bell Hooks, que afirma que tais teóricas “tem pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista” (HOOKS, 2015, p.196).

Na visão de Joan Scott, o gênero é “toda e qualquer construção social, simbólica, culturalmente relativa, da masculinidade e da feminilidade. Ele define-se em oposição ao sexo, que se refere à identidade biológica dos indivíduos” (SCOTT, 1990, p. 5). Gênero não é sexo: ele é uma categoria que se impõe sobre o corpo sexuado, aquilo que faz do ser biológico um sujeito social, seja ele homem, mulher, heterossexual ou homossexual, branco ou negro. Para Teresa de Lauretis, no célebre artigo “A tecnologia do gênero”,

as concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. (LAURETIS, 1994, p. 211)

Observa-se a predominância de uma *doxa* interpretativa que percebe o gênero como algo indissolúvelmente atrelado a fatores históricos, políticos, sociais e culturais, de maneira que as definições de identidade de gênero irão aparecer atreladas a esta concepção. Se ao mesmo tempo parece evidente que as identidades de gênero se constroem no contexto social, sendo permeadas por

outras configurações, entre elas as étnico-raciais, é também relevante que se busque entender *como* esta identidade é construída a despeito da existência (ou não) de uma relação com o social. O artigo de Teresa de Lauretis fornece uma contribuição interessante neste sentido ao perceber o gênero como o produto de tecnologias, entre elas o cinema, as quais exercem papel preponderante em sua construção: “o gênero não é uma propriedade dos corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, “o conjunto dos efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de uma “complexa tecnologia política” (LAURETIS, 1994, p. 208). A referência a Michel Foucault é fundamental para o desenvolvimento deste raciocínio, pois ele aponta para uma identidade de gênero construída socialmente, mas cuja construção não prescinde de um aparato semiótico ao longo do processo de construção. Neste sentido, cabe uma pergunta: haveria, além do cinema, outras tecnologias que auxiliam na construção da identidade de gênero? Em que medida tais tecnologias evidenciam o aparato material envolvido nesta construção, inviabilizando uma compreensão inequívoca do gênero enquanto construção social?

A reflexão de Judith Butler em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* é fundamental sob este aspecto. Para Butler, a identidade de gênero se constrói por meio de atos performativos que possuem no corpo o veículo de sua materialização e realização. Para Hans Ulrich Gumbrecht, Butler é uma teórica construtivista que considera o corpo enquanto aparato semiótico, o que representa um passo importante no resgate da materialidade do texto.

Butler quer dizer que não basta uma simples decisão para alterar o gênero de uma pessoa, como o construtivismo parece sugerir; são necessárias formas de comportamento e de ação, mantidas ao longo do tempo (nesse contexto, Butler recorre ao conceito de "performance"), capazes de moldar e de produzir diferentes formas e identidades corporais. Mas, ao passo que Butler é bastante explícita na crítica ao construtivismo, também é claro que a autora está ciente do tabu discursivo que protege a posição construtivista. (GUMBRECHT, 2014, p. 86)

Para Butler, é impossível que um ser humano assuma uma identidade de gênero ao acordar, como se pudesse, voluntaria ou involuntariamente, resolver se tornar homem ou mulher. Tal transformação, a qual ocorre no romance *Orlando*, de Virginia Woolf, não encontra qualquer respaldo na realidade objetiva dos sujeitos, os quais se definiriam como homens e/ou mulheres por meio de performances culturalmente sancionadas e cultivadas na sociedade. Emerge, a partir desta análise, o conceito de “performance”, de Paul Zumthor. Na visão desse autor, “recorrer à noção de performance implica então

a necessidade de reintroduzir a consideração do corpo no estudo da obra” (2007, p. 38). Ou seja, não apenas a performance em si como também a identidade de gênero fundamentada nesta performance assume uma conotação materialista (não no sentido marxista do termo), fundamentada na concretude da palavra e, no caso da identidade de gênero, em aspectos que remetam ao componente material desta mesma identidade, a saber: indumentária, gestual, percepções do próprio corpo, entre outros. “[...] o corpo é uma situação histórica, tal como afirmou Beauvoir, e é uma maneira de representar, dramatizar e reproduzir uma situação histórica” (MACEDO e RAYNER; BUTLER, 2011, p. 73).

Em seu artigo “Os atos performativos e a constituição do gênero”, Butler afirma o seguinte:

[...] o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente. Essa formulação desloca o conceito de gênero para além do domínio de um modelo substancial de identidade para um modelo que exige uma concepção de temporalidade social constituída. Significativamente, se o gênero é instituído por atos internamente descontínuos, o aparecimento da substância é precisamente isso: uma identidade construída, uma realização performativa na qual a plateia social cotidiana, incluindo os próprios atores, vem a acreditar, além de performar como uma crença. Se o fundamento da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos no tempo, e não uma identidade aparentemente homogênea, existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo. (BUTLER, s/a, p. 3).

Para Butler (2003), o gênero não é um fato; ele é compreendido como performance, de maneira que o corpo se torna uma fronteira variável, uma prática significativa e politicamente regulada dentro de um campo cultural, no qual há uma hierarquização por meio da ideia de binarismo, expressa nos opostos homem/mulher, em que o gênero é instituído e aplicado pelos meios midiáticos e por diferentes discursos. As várias maneiras pelas quais o corpo se mostra ou produz significados culturais se relacionam, então, com identidades preexistentes, nas quais os atos são presumidos. Desta maneira, a identidade de gênero não pode ser mensurada como falsa ou verdadeira, pois, ao ser pensada como performance social contínua, opõe-se à ideia essencialista de sexo. Além disso, a identidade de um sujeito não se resume apenas à identificação de gênero, pois as configurações de raça e classe podem exercer papel preponderante na configuração desta mesma identidade, conforme apontam as reflexões de Jane Flax, no famoso artigo “Pós-modernismo e

relações de gênero na teoria feminista”. Na visão da autora, o gênero pode ser entendido como uma “construção ou categoria do pensamento que nos ajuda a entender histórias e mundos sociais particulares”, e como “uma relação social que entra em todas as outras atividades e relações sociais e parcialmente as constitui” (FLAX, 1991, p. 230). Os significados associados ao gênero, ainda na opinião da autora, variam de acordo com “cultura, idade, classe, raça e época”, de forma que as relações étnico-raciais devem ser consideradas na constituição da identidade de gênero.

As relações entre raça, sexo e classe encontram sua materialização no conceito de interseccionalidade, o qual ganhou espaço como “trabalho de investigação da jurista feminista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw” (POCAHY, 2011, p. 19), sendo um conceito reconhecido nos estudos de gênero e para além das relações raciais e que pode ser definido da seguinte maneira:

A interseccionalidade transpõe a soma das dominações ou arranjos de identidades e diferenças, possibilitando-nos avançar em perspectiva e prática de problematização rizomática de uma teoria transdisciplinar visando apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais, através de uma abordagem integrada. (POCAHY, 2011, p. 19)

Neste sentido, tanto as questões de gênero como as étnico-raciais possuem pautas relacionadas que se opõem aos sistemas essencialistas que caracterizavam as reflexões teóricas e críticas a respeito destas categorias. O desafio da interseccionalidade consiste em compreender as maneiras específicas de relação entre as estratégias de exclusão e de silenciamento de alguns grupos dentro da seguinte compreensão acerca da identidade:

[...] A identidade não é uma essência: não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. (SILVA, 2012, p. 96-97).

As identidades são, desta forma, cambiantes, fluídas e estão além de concepções binárias, sendo formadas nos processos culturais e em relações ambivalentes de construção e desconstrução em diálogo com a condição paradoxal dos sujeitos. É possível, desta maneira, retomar as considerações de Stuart Hall acerca da identidade pós-moderna, as quais reforçam a fluidez

identitária na pós-modernidade, e consideram que o próprio feminismo foi um fator preponderante para a desestabilização da concepção tradicional de sujeito. Talvez o mesmo possa ser dito a respeito das reflexões sobre identidade de gênero, reflexões estas que promovem novos entendimentos acerca das relações entre homens e mulheres, e das maneiras pelas quais estas relações se constroem e são construídas na sociedade.

Consideradas as principais controvérsias, bem como a possibilidade de sistematizar uma reflexão que tende a ser escorregadia e, muitas vezes, contraditória, este artigo procurou responder a uma pergunta fundamental para a teoria e crítica literária na contemporaneidade, pergunta para a qual talvez não haja uma resposta categórica e/ou peremptória. Observa-se, ao fim e ao cabo, as múltiplas definições para o conceito de identidade de gênero, o que torna possível estabelecer os contornos destas definições sem uma precisão homogeneizante, dicotômica ou binária, mas como reflexão das variadas intersecções dos sujeitos e as variadas formas de (re)existir e (re)significar os próprios espaços sociais, culturais e discursivos.

## BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova-Fronteira, 2009.

BELLIN, Greicy Pinto. “Todos os seus dentes eram ideias”: a representação de gênero no conto “Berenice”, de Edgar Allan Poe. *Scripta Uniandrade*, v. 15, n. 2, 2017, p. 39-53. Disponível em: <https://uniandrade.br/revistauniandrade/index.php/ScriptaUniandrade/article/view/815/644> Acesso em: 23/08/2019.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica-Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Trad. Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de Leituras n. 78*, Chão da Feira, 2018, p. 1-16. Disponível em: [http://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno\\_de\\_leituras\\_n.78-final.pdf](http://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf) Acesso em: 12/03/2019.

- CARBY, Hazel V. *Race Men*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Race, Reform, and Retrenchment: Transformation and Legitimation in Antidiscrimination Law. *Harvard Law Review*, p. 1331-1387, 1988.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Ética: sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- COLLINS, Patricia Hill. What's in a name? Womanism, Black feminism, and beyond. *Cadernos Pagu*, n. 51, 2017.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GÓIS, Edma Cristina de. Ana Gabriela Macedo e Francesca Rayner (orgs.) *Gênero, cultura visual e performance: antologia crítica*. Vila Nova de Famalicão: Ed. Húmus e Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2011, p. 237-240.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Thomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- HOOKS, Bell. *Black Looks: Race and Representation*. New York: Routledge, 1992.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. *Textura Revista de Educação e Letras*, v. 13, n. 23, 2011, p. 18-30. Disponível em:



<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984/766> Acesso em: 21/08/2019.

SCOTT, Joan. O gênero: uma categoria útil de análise histórica. Trad. Cristiane Rufino Dabat e Maria Betânia Dávila. *Educação e Realidade*, v. 20, n.2, 1995, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 21/08/2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p.73-102.

WILLIAMS, Patricia J. *The Alchemy of Race and Rights*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GREICY PINTO BELLIN possui bacharelado em Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná (2007), mestrado (2008), doutorado (2015) estágio pós-doutoral (2016) em Estudos Literários pela mesma instituição e pós-doutorado (2018) pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Em 2011, começou a pesquisar a obra de Machado de Assis em uma perspectiva comparatista, o que resultou na tese de doutorado intitulada *Modernidade, identidade e metrópole cosmopolita em Poe, Baudelaire e Machado de Assis*, publicada em formato de livro no ano de 2018 pela editora Peter Lang Oxford, Inglaterra. Publicou, em 2016, a coletânea intitulada *Miss Dollar: stories by Machado de Assis*, que consiste na tradução inédita de dez contos de Machado de Assis para o inglês, e em 2018 a coletânea *Good Days!/Bons Dias!: Chronicles by Machado de Assis*, também pela New London Librarium com financiamento da Fundação Biblioteca Nacional. É professora titular do Mestrado em Teoria da Literária do Centro Universitário Campos de Andrade, UNIANDRAGE, atuando nas linhas de pesquisa Literatura e Intermidialidade e Políticas da Subjetividade

RITA DE CÁSSIA MOSER ALVARAZ possui graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Paraná (2002) e mestrado em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2005). Atua em Instituições de Ensino Superior há mais de seis anos. Ministra aulas em Pós-graduação em diferentes instituições, atua com formação de professores presencial ou em EAD. Autora de livros infanto-juvenis. Foi bolsista CAPES, Doutora em Educação na linha de pesquisa Educação: diversidade, diferenças e desigualdades sociais pela UFPR, com enfoque em educação étnico-racial, literatura e infâncias. Participa do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFPR), do Núcleo de Estudos em pesquisa de infância e educação infantil ( NEPIE) e do GEPRAFE (Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-Raciais e Formação de Professores- UFGD) e atua como professora nas Faculdades da Indústria em São José dos Pinhais e também como professora do Mestrado em Teoria Literária da UNIANDRADE.